

# *Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo*

---

*Oswaldo Truzzi*

## *Introdução*

Num cenário comparativo com outros países receptores de imigrantes, a sociedade brasileira, de modo geral, e mais particularmente a paulista normalmente foram vistas como integradoras ou diluidoras das características de afirmação étnica dos grupos que receberam. No Brasil, existiu (e ainda existe) uma ideologia, erigida em uma quase doutrina oficial, mas também amplamente difundida na sociedade, a respeito da assimilação de grupos étnicos: quanto mais rapidamente esta se processar, melhor. Há meio século, Willems (1951: 209) já apontava:

Assume-se que estes grupos devem ser “absorvidos”, “digeridos”, “diluídos” ou qualquer que seja a metáfora biologicamente

*Nota:* Agradeço à Fundação Cassamarca, à FAPESP e ao CNPq, que financiaram projetos de pesquisa que tornaram possível a realização deste artigo.

ou quimicamente colorida utilizada para indicar que os grupos alienígenas devem cessar de existir como unidades socioculturais distintas, e se fundir na sociedade brasileira sem deixar padrões divergentes no todo nacional.

Segundo tal ideal, não importa resguardar a etnicidade de nenhum grupo; trata-se de uma ideologia antipluralista por excelência.

Entre outros fatores determinantes para o reforço do argumento assimilacionista (e não raro da exaltação de suas virtudes), aponta-se o fato de São Paulo, o estado que mais recebeu imigrantes no país, ter acolhido contingentes migratórios relativamente homogêneos, uma vez que italianos, portugueses e espanhóis perfizeram cerca de 80% das nacionalidades estabelecidas no estado, e que essas três etnias majoritárias compartilhavam traços culturais muito significativos: a origem em duas penínsulas banhadas pelo Mediterrâneo, a prática de línguas relativamente próximas e originárias de uma mesma raiz latina, e, sobretudo, a prática da religião católica.

É nesse contexto que emerge como uma questão interessante a observação de um microcosmo social – um bairro localizado em pleno seio da capital paulista –, o qual recebeu, ao longo de sua história, contingentes de imigrantes com características culturais bastante diferenciadas. No contexto nacional, não resta dúvida de que, se existiu um local onde tais características aconteceram de modo marcante, esse local foi o bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Como, então, nesse caso, se estabeleceram as relações interétnicas? Retirada a circunstância de homogeneidade cultural dos imigrantes, como se teriam pautado tais relações? Elas seguiram um padrão mais pautado por conflitos ou por uma convivência relativamente harmoniosa entre grupos, mesmo sendo esses grupos muito distintos culturalmente? Impuseram-se, nesse caso, clivagens em que o crivo étnico prevaleceu, ou este foi esmaecido por critérios de estratificação e classe social vigentes no restante da sociedade? São estas as questões que este artigo se propõe a analisar e discutir. Para tanto, conviria antes realizar uma incursão sobre a formação do Bom Retiro e dos principais grupos de imigrantes que ali se instalaram desde o final do século XIX.

### *Primórdios do Bom Retiro na paisagem urbana paulista*

As origens da ocupação do atual bairro do Bom Retiro datam do início do século XIX. Na época, os terrenos que hoje conformam o bairro abrigavam sítios de recreio e chácaras banhadas pelo rio Tietê. Entre elas, encontrava-se a Chácara do Bom Retiro, que deu origem ao nome do bairro. Durante grande parte do século XIX, o Bom Retiro constituiu uma região intermediária entre a zona rural e a cidade. Sua localização, próxima ao centro e anterior ao rio, facilitava o

acesso daqueles que para lá se dirigiam. Entretanto, o próprio rio desaconselhava grandes investimentos imobiliários na região, em virtude das inundações constantes de sua várzea.<sup>1</sup>

Se, ao norte, o Bom Retiro configurou-se limitado pela várzea do Tietê, ao sul, o traçado da ferrovia inaugurada pelos ingleses em 1867 separava-o do bairro dos Campos Elíseos. No canto direito extremo desse limite, junto ao que antes era o Campo da Luz e hoje é a Avenida Tiradentes, formou-se outro marco importante para o bairro, o Jardim da Luz, antigo Horto Botânico. Além do rio, tanto a ferrovia quanto o jardim marcaram profundamente, nas décadas seguintes, a fisionomia do bairro. A primeira representava o trabalho – das indústrias instaladas ao longo de seus trilhos, dos imigrantes por ela trazidos, nas mercadorias por ela embarcadas –, e o segundo fornecia uma das raras alternativas de lazer – com os piqueniques, os coretos e as fotos no jardim batidas com câmaras-caixões pilotadas por lambe-lambes.

É provável que, com a maior demanda de habitações populares desencadeada sobretudo graças ao incremento da imigração estrangeira durante as duas últimas décadas do século XIX, a chegada dos loteamentos se tenha mostrado viável. Assim, do ponto de vista da formação da cidade de São Paulo, o Bom Retiro integra, ao lado do Brás e da Luz, o primeiro conjunto de bairros operários da capital. Impulsionada pelo desenvolvimento das lavouras de café, a capital paulista experimenta, a partir de 1890, um crescimento demográfico ímpar em sua história: sua população de cerca de 65 mil habitantes praticamente quadruplica, dez anos depois, para 240 mil. Do ponto de vista territorial, a zona urbana se desdobra, incorporando a totalidade do cinturão de chácaras do período anterior.

A urbanização do Bom Retiro teve lugar na década de 1880, quando se intensificou a imigração européia, principalmente de italianos que ali se fixaram. Desde logo, caracterizou-se o Bom Retiro como bairro proletário e de imigrantes, em virtude da presença de indústrias atraídas pela localização adjacente à ferrovia e pelas condições topográficas amenas, próximas à várzea. De um lado, a possibilidade de trabalho oferecida por essas indústrias e, de outro, a proximidade com o centro logo fizeram do Bom Retiro um bairro de imigrantes, que chegou inclusive a abrigar, por cerca de cinco anos, a primeira hospedaria de imigrantes de São Paulo.

O Bom Retiro já nasceu fabril. Do barro de suas várzeas surgiram olarias, e uma indústria de fiação e tecelagem, fundada no tão precoce 1884, conferiu-lhe desde o início feições de bairro proletário, atraindo inúmeros operários. Na virada do século, a fábrica era a terceira maior indústria da capital, empregando mais de trezentos trabalhadores, em sua esmagadora maioria estrangeiros (Bandeira Jr., 1901: 55). Em 1912, outra fonte apontava que nessa empresa mais de

70% da mão-de-obra eram compostos de italianos, com os brasileiros somando pouco mais de 20%. Operários solteiros (82%) e analfabetos (60%) eram a grande maioria. Entre os italianos, a proporção de analfabetos era maior (70%). O grosso da exploração, nos primórdios do capitalismo industrial paulista, era exercido sobre mulheres e crianças. Chama a atenção o fato de que as primeiras compunham nada menos do que 69% da força de trabalho, e que o total de menores de 16 anos somava 56% do pessoal empregado. O ambiente descrito mostra as duras condições de trabalho, a pouca segurança e as longas jornadas (*Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1912: 127).

Mesmo que muito relevantes, porque em boa parte determinaram as funções urbanas do bairro logo depois de sua urbanização, essa e outras empresas estiveram longe de dominar a paisagem do Bom Retiro. Também havia um grande número de

tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, de graxa, de óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionam em estalagens, em fundos de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê. É incalculável o número de pequenas marcenarias, nas quais às vezes trabalha um só homem (...) e das fábricas de bebidas e de massas, vulgarmente conhecidas por *macarrão*. (Bandeira Jr., 1901: 30)

Como bairro operário localizado nas imediações do centro, Bom Retiro abrigava um número muito expressivo de oficinas de fundo de quintal e outros estabelecimentos a meio termo entre o comércio e a indústria. A localização de empresas com esse perfil no bairro tornava-se conveniente graças à pequena dimensão dos negócios, à proximidade com o mercado consumidor do centro e à disponibilidade de mão-de-obra residente no próprio bairro.

Uma boa noção dessas atividades no bairro nos é fornecida *pelo Guia Prático da Cidade de São Paulo*, editado anualmente entre os anos de 1906 e 1934. Ao percorrermos o guia, já no ano de 1906, deparamo-nos com inúmeros estabelecimentos, como alfaiatarias, armazéns, casas importadoras, padarias, farmácias, hotéis nas proximidades da Estação da Luz, lojas de calçados, uma refinação de açúcar e de café, uma casa de fumos e até uma modista italiana. O predomínio de italianos em muitas dessas atividades é maciço e, ainda, corroborado pela presença de círculos associativos, grêmios dramáticos e de duas escolas italianas. Não há um anúncio sequer de médicos, advogados ou engenheiros com consultório ou escritório no Bom Retiro.

Em meio ao comércio e às indústrias, no Bom Retiro ainda se residia. A exemplo de outros bairros operários, a maior parte das casas era modesta, e os poucos casarões foram com o tempo sendo transformados em cortiços. A feição

proletária do bairro completava-se ainda com a proximidade de dois liceus formadores de mão-de-obra industrial.

De reduto de chácaras banhadas pelo rio Tietê, o Bom Retiro transformou-se assim em bairro operário, onde muitos italianos residiam. Operário por abrigar não apenas residências de operários, mas também certa atividade industrial significativa, mantida tanto por algumas grandes empresas quanto por um conjunto expressivo de pequenas oficinas com caráter semi-artesanal. Foram a chegada dos judeus, a partir dos anos 20, e o conseqüente desenvolvimento de atividades comerciais que conferiram ao Bom Retiro um caráter distinto de outros bairros operários congêneres da capital paulista.

### *O Bom Retiro judaico*

A partir dos anos 20, numerosas famílias de origem judaica chegaram ao Bom Retiro. Elas começaram a se instalar na parte alta do bairro, nas ruas mais próximas à ferrovia. Uma primeira leva foi constituída pelos chamados “judeus russos”, imigrantes que aqui chegaram provenientes de regiões do império czarista em desagregação. Eles se dedicaram ao comércio ambulante exercido pelas ruas do centro da cidade e do próprio bairro, ficando conhecidos como os “russos de prestação”, e aos poucos se foram instalando como pequenos comerciantes.

Logo em seguida, um segundo movimento inaugurou um fluxo mais denso de judeus provenientes da Polônia. Lesser (1994: 361), observando as características da emigração polonesa a partir dos anos 20, observou que uma porção significativa de judeus polacos dirigiu-se a áreas urbanas, enquanto polacos não-judeus (que também emigraram) rumaram para áreas agrícolas. Dos primeiros, boa parte acabou se dirigindo ao Bom Retiro.

Os judeus que vieram para o Brasil (São Paulo e Rio) eram, em sua quase maioria absoluta, vindos do *Shtetl*, pequenas cidades ou aldeias da Europa Oriental e Central – Polônia, Bessarábia, Galícia, Lituânia – e pouquíssimos eram os judeus das grandes cidades, Varsóvia, Moscou, Paris, Vilna, Riga. (Febrot, 1990: 215)

A maior parte das famílias experimentou uma forte mobilidade ascensional, iniciada em primeiro lugar no próprio bairro e depois desdobrada para outras regiões da cidade. De fato, a inserção inicial modesta, em geral como mascate, não impediu a rápida melhoria da situação financeira de muitas famílias. A concentração de judeus no Bom Retiro explica-se não apenas pela proximidade com a Estação da Luz. Os terrenos também eram baratos, pois tratava-se de um bairro operário e próximo à várzea. E, sobretudo, para a profissão de mascate ou

de pequeno comerciante, era muito conveniente residir próximo ao centro da cidade.

É curioso notar que, no plano internacional, quando comparada aos Estados Unidos e à Argentina, a experiência brasileira de recebimento de judeus provenientes do Leste Europeu revela-se tardia. A partir de fins do século XIX, esses países já recebiam contingentes numerosos de imigrantes dessa origem, enquanto o Brasil era tido como um destino arriscado, suspeito, incapaz de oferecer muitos atrativos ao grupo. Os pioneiros que vieram a São Paulo provavelmente não conseguiram emigrar para a Argentina, na época um local mais atrativo dado o cosmopolitismo da capital portenha. Nos anos 20, entretanto, o panorama mudou. Leis de caráter restritivo inibiram a imigração aos Estados Unidos, na mesma proporção em que o Brasil passava a acolher levas mais significativas, característica acentuada ao longo dos anos 30 com o recrudescimento da ameaça nazista na Europa. Um relato interessante da imigração judia a São Paulo, elaborado em plena guerra, informa que

no ano de 1933, existia já na cidade de São Paulo uma coletividade judaica numericamente bastante considerável, que se estimava de 15 a 20 mil almas. Mas essa coletividade era relativamente jovem; a maior parte de seus membros havia imigrado logo após a primeira guerra mundial, procedente da Europa Oriental (Polônia, estados marginais, Rumania), quando a América do Norte fechou suas portas à imigração em grande escala. (Freitas, 1943: 7)

Na verdade, as características do vigoroso crescimento do mercado urbano na capital paulista favoreceram a inserção dos judeus como comerciantes no mercado de trabalho da capital. O recenseamento realizado na Polônia no ano de 1921 aponta uma população quase totalmente urbanizada e concentrada ocupacionalmente no comércio e em ofícios diversos, como os de sapateiro, alfaiate e mecânico. A experiência pré-imigratória e as habilidades econômicas dos judeus no comércio e em oficinas artesanais casaram-se assim com as necessidades crescentes de um mercado urbano em expansão.

Na São Paulo dos anos 20, além de oportunidades de trabalho promissoras, o próprio bairro oferecia a oportunidade de os judeus recriarem seu modo de vida para o estabelecimento de suas famílias. De fato, ao longo dos anos seguintes, a colônia judaica logrou criar no Bom Retiro uma estrutura comunitária nos moldes da que conheciam na Europa Oriental. Consta que a primeira escola da colônia foi fundada já em 1912 e a primeira sinagoga, em 1923; outras logo a sucederam, conforme outros grupos de judeus provenientes de outras regiões foram chegando (Pinkuss, 1962: 110). À medida que o fluxo de imigrantes judeus para São Paulo crescia, uma série de outras instituições foi sendo criada.

Com o passar dos anos, aumentava cada vez mais a probabilidade de os recém-chegados contarem com algum parente ou conhecido que já habitasse São Paulo. Por causa disso, e também em razão do vínculo étnico-religioso robusto, não se deve menosprezar, no caso judeu, a assim chamada “migração em cadeia” (*chain migration*), responsável pela vinda de contingentes apreciáveis. Há muitos relatos de imigrantes que logo encontraram colocação junto a firmas cujos proprietários, também de origem judaica, já eram prósperos e encontravam-se há mais tempo estabelecidos.

Essa circunstância constituiu um ponto distintivo da imigração judaica: a organização eficiente da comunidade erigiu instituições de assistência econômica, social e moral que, atuando como uma rede dentro e fora do Bom Retiro, efetivamente proporcionaram contatos, oportunidades e recursos que facilitaram em muito a inserção e o estabelecimento das famílias na nova sociedade. É claro que tais serviços não estiveram disponíveis aos pioneiros, mas à medida que a comunidade crescia, esforçava-se por acolher o imigrante com alojamento (no caso de não contar com parentes), orientações relativas à legalização de seus documentos, aulas de português, emprego e escola para os filhos.

Nos anos 30, o Bom Retiro assumia ares cada vez mais judaicos, embora os italianos ainda predomassem: o censo estadual realizado em 1934 apontou que estes ainda representavam cerca de um terço da população residente no bairro. Infelizmente, esse censo distinguiu apenas nove nacionalidades (portugueses, italianos, espanhóis, alemães, austríacos, húngaros, russos, japoneses e sírios) entre os estrangeiros recenseados. Aqueles que não se agrupavam nessas nacionalidades foram enquadrados sob o item “outras nacionalidades”. É o caso de muitos judeus de origem não-russa. Por causa disso, os valores dessa categoria para o bairro do Bom Retiro são extremamente elevados, chegando a alcançar em algumas áreas do bairro (sobretudo na parte alta) cifras acima de 40% da população residente.

Em meados dos anos 30, época em que o censo foi realizado, é provável que a maior parte das famílias de origem judaica que habitavam o bairro vivesse do comércio ambulante, embora vários já tivessem estabelecido lojas no bairro. É evidente a concentração de firmas no ramo de vestuário, sobretudo fabricando e comercializando roupas prontas. Casacos, coletes, vestidos, camisas, *pull-overs*, meias, ternos, chapéus, sobretudo, roupas brancas, gravatas e pijamas são os itens mais constantes. É interessante constatar que esse é um momento de transição, no qual convivem judeus e outras nacionalidades (sobretudo italianos) no comércio do bairro. Doze anos mais tarde, em 1945, o domínio dos judeus no comércio da parte alta do Bom Retiro já se tornara absoluto. De fato, para os imigrantes, as perspectivas de uma vida melhor com um negócio próprio eram muito atraentes.

No início da década de 40, a parte alta do Bom Retiro assumiu características de um enclave étnico. O ambiente era francamente judeu: sinagogas, filmes falados e cantados em ídiche, pessoas portando barba e vestuário típicos, estabelecimentos que comercializavam alimentos próprios consumidos pela colônia etc. Os judeus lograram assim recriar, no Bom Retiro, um ambiente muito favorável, seja nos negócios que prosperavam, seja em termos de sua sociabilidade, cultura ou religião.

Uma década depois, o desenvolvimento da atividade comercial mudou a paisagem do bairro. O aspecto residencial, que antigamente era representado por habitações modestas, em sua maior parte de caráter coletivo (pensões, cortiços e casas de cômodos) foi substituído, em algumas áreas, por edifícios residenciais. A grande concentração comercial valorizou os imóveis, e os velhos casarões, adaptados, transformaram-se em fábricas ou lojas. Apenas na parte mais funda do bairro ainda se encontram vilas e ruas residenciais. Nesse trecho, mais próximo à várzea, ainda mora o que restou da colônia italiana. A partir dos anos 50, lojistas e fabricantes começaram a perceber as desvantagens em residir em um bairro misto, isto é, residencial e comercial-industrial. Então, a maior parte dos judeus, à medida que prosperaram, acabaram indo residir em outros bairros.

### *O Bom Retiro coreano*

A partir dos anos 60, com a chegada dos coreanos, o Bom Retiro abrigará nova leva de imigrantes, que para lá se dirigiram não para residir, mas para trabalhar. Na capital paulista, o ponto de referência em termos de moradia para os primeiros coreanos foi a “Vila Coreana”, no bairro da Liberdade, tradicional reduto de japoneses em São Paulo. Tratava-se de uma zona relativamente central e pouco valorizada, onde se praticavam aluguéis relativamente baratos. A localização dos coreanos no seio do bairro dos japoneses significava facilidades tanto em termos de comunicação, quanto no que se refere a usufruir dos benefícios de se passar por anônimo, perante a sociedade nativa, misturando-se a uma comunidade mais antiga e já adaptada. Esse último ponto foi muito importante para atenuar possíveis choques culturais. Apesar de se tratar de uma imigração bastante recente, a sociedade paulista já se encontrava há muito habituada com a imagem de asiáticos, sobretudo de japoneses, e seu particularismo fisionômico, diferentemente, por exemplo, de Buenos Aires, que também recebeu um fluxo significativo de coreanos a partir dos anos 60. Assim, a sociedade paulista, pelo fato de estar habituada a acolher orientais, tornava a aceitação da diferença mais simples que na capital portenha.

Hoje, quando entrevistados, os coreanos reconhecem que os japoneses facilitaram a vida dos primeiros coreanos que vieram a São Paulo, sobretudo pela

possibilidade de comunicação (muitos coreanos sabiam o idioma japonês), muito embora sintam-se “envergonhados” de, em muitas ocasiões, se terem feito passar por japoneses, historicamente seus opressores.

Para grande parte dos que se estabeleceram na Vila Coreana, o trabalho disponível foi ou a confecção, ou sair com uma mala repleta de mercadorias para mascatear roupas e outros produtos baratos. A maior parte dos coreanos aqui chegados jamais havia operado no ramo de confecções antes de sua chegada a São Paulo. Contudo, as atividades de costura eram abraçadas pelos recém-chegados graças à pouca necessidade de capital (muitas fábricas de tecidos concediam prazos dilatados para pagamento das mercadorias retiradas), ao risco pequeno e à possibilidade de empregar toda a família.

No Bom Retiro, os coreanos começaram a se instalar com lojas por volta de meados da década de 70. A concentração de coreanos na indústria de confecção naturalmente atraiu a colônia para se instalar em um ponto da cidade que já desfrutasse de tradição nesse ramo comercial. A esse respeito, os coreanos seguiram de perto a trajetória dos judeus, que logo enxergaram possibilidades comerciais promissoras para uma zona central, bem servida por transportes urbanos e próxima ao burburinho da estação ferroviária.

Há indicações de que os judeus, implantados há mais tempo no Bom Retiro em atividades ligadas aos ramos de confecções e à indústria têxtil, passaram também a se interessar pelo emprego de coreanos como costureiros, seja em oficinas, seja em trabalhos domiciliares realizados sob encomenda, ou ainda como vendedores de roupas. Aos poucos, à medida que alguns coreanos prosperavam, acabavam transitando para um negócio próprio. As peripécias e os dramas envolvendo essa fase inicial de acumulação, os quais resultaram na gradativa conquista do setor pelos coreanos, seguiram basicamente as mesmas estratégias anteriormente utilizadas pelos judeus. Nesse processo, uma característica básica da imigração coreana foi sua constituição familiar. Cada família buscava ampliar o pequeno capital de que dispunha inicialmente, no menor prazo possível. Dois mecanismos aparecem como fundamentais à compreensão da rápida mobilidade econômico-social experimentada pelos coreanos em São Paulo: o engajamento da família no trabalho e a capacidade de articular redes internas à colônia para facilitar a inserção na nova pátria.

O primeiro se refere à colaboração de todos os membros do grupo familiar no trabalho, organizados ao redor do chefe da família, o que permitiu certa acumulação rápida, incentivada por uma meta precisa a ser perseguida: a instalação de um negócio próprio. O espírito competitivo vigente na colônia reservava aos imigrantes uma primeira fase de sacrifícios intensos, relacionados a longas jornadas, ao engajamento de toda a família – dos mais jovens aos mais idosos –, a uma pauta de despesas mínimas que possibilitasse acumular certo

capital. “Revezávamo-nos sobre duas máquinas de costura, que trabalhavam continuamente, 24 horas por dia”, recorda-se um dos entrevistados.<sup>2</sup>

O segundo fator se refere à estrutura de acolhimento que a comunidade oferece para facilitar a inserção dos imigrantes no novo país. A esse respeito, as instituições mais notáveis, que desempenham papéis de maior relevância são as igrejas (sobretudo as protestantes), pontos de condensação de toda uma rede intracomunitária de sociabilidade e solidariedade. De modo geral, as famílias coreanas não deixam de freqüentar alguma igreja, protestante ou católica.

Muito mais que simplesmente oferecer serviços religiosos, as igrejas constituem o local por excelência de contato para diversas experiências: funcionam tanto como estrutura de recepção para recém-chegados quanto como ponto de agregação para os já estabelecidos. Ali discutem-se oportunidades de trabalho e negócios favoráveis, trocam-se notícias da Coréia e de parentes distantes, cultivam-se novas amizades, ensinam-se tanto a cultura, a história e a língua do país de origem quanto a língua do novo país, organizam-se torneios esportivos e outras atividades de lazer, discute-se a educação dos filhos, arranjam-se parceiros para casamentos, e os mais velhos encontram-se para trocar impressões a respeito da vida no novo país. Assim, mesmo os menos inclinados à fé costumam freqüentá-las, ainda que esporadicamente, pois do contrário corre-se o risco de permanecer à margem da comunidade. As igrejas cumprem portanto uma espécie de papel mediador entre a cultura original e a adquirida.

Embora as igrejas constituam o epicentro da intensa vida associativa da comunidade, não a esgotam. Os restaurantes e associações da colônia (muitas vezes de ex-alunos de uma determinada escola) servem igualmente como palcos de sociabilidade. Em todos esses casos, as pessoas que desfrutam de um mesmo círculo tendem a formar um *kye*, uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros. Típico expediente utilizado na terra natal e em qualquer país que abrigue coreanos, os *kyes* podem envolver a captação de recursos para a colheita agrícola, para a educação ou o casamento dos filhos, para a realização de futuros funerais, ou, o que mais nos interessa, para a montagem de um negócio. Aqui importa ressaltar a relevância dessa forma de cooperação financeira praticada pelos coreanos, capaz de oferecer grandes oportunidades de se levantar capital, sem que a comunidade tenha de recorrer aos serviços de intermediação bancária, fora de seu controle e aos quais ela teria menos acesso. Tal sistema de autofinanciamento viabilizou e acelerou o sucesso econômico de muitas futuras famílias de empreendedores da colônia no Bom Retiro.<sup>3</sup> O resultado é que hoje os coreanos dominam as atividades comerciais do bairro.

*O bairro como espaço de convivência interétnica: as relações de vizinhança*

No Bom Retiro, explorar o modo como se estabeleceram as relações interétnicas entre italianos, judeus e coreanos – os três contingentes sucessivos e principais de imigrantes – constitui um tema instigante e difícil de ser tratado. As dificuldades decorrem da adesão maciça, no nível do discurso, aos valores da convivência harmoniosa entre as diferentes etnias. Essa característica reiterada a todo instante é apresentada como uma qualidade, como um produto genuinamente nacional. “Se existe algo que podemos ensinar aos outros, no mundo, é como gente tão diferente é capaz de conviver bem aqui.” As afirmações sobre o tema, colhidas em entrevistas, são assim unânimes em exaltar essa característica da sociedade receptora, apreendida como característica nacional – é verdade –, porém enfaticamente validada no microespaço do bairro. Trata-se de um discurso semipronto, com forte conteúdo ideológico, reiterado por todos à primeira insinuação de conflitos, ameaças ou divergências entre diferentes grupos étnicos. A influência dessa percepção mais geral, que transcende o caso do Bom Retiro em particular, associa-se a um discurso hegemônico, com forte conteúdo assimilacionista, que gaba-se por anular ou diluir antagonismos étnicos ou raciais. Nosso objetivo é investigar as relações interétnicas no Bom Retiro de um ponto de vista endógeno, isto é, observando as características próprias do bairro, tais como inserção econômica dos grupos étnicos, características geracionais dos fluxos migratórios que o habitaram etc.

Ocupemo-nos em primeiro lugar das relações entre italianos e judeus. Muitos depoimentos revelam uma convivência interétnica, tecida por laços de vizinhança, que ainda que pouco estreita, em função das diferenças culturais, tampouco revelava-se hostil. O convívio entre judeus e italianos sempre foi muito bom e, na opinião de muitos, as enchentes frequentes que castigavam o bairro os uniram muito.

No plano alimentar, por exemplo, não obstante as exigências religiosas de uma dieta própria, muitos da colônia judaica passaram a apreciar pizzas e mesmo carne de porco, sob evidente influência italiana. Uma das entrevistadas, nascida na Polônia em 1923, afirma que a numerosa colônia italiana residente no bairro redefiniu os hábitos alimentares de sua família. “Fui aprendendo a comer a comida deles (...), no final, minha família mantinha mais costumes alimentares italianos que poloneses”. Definitivamente, não é fora de propósito supor que um dos pontos fortes da integração entre grupos étnicos no bairro se operou pela comida, sobretudo no sentido da avassaladora influência italiana, pautada pelas casas de fabrico de massas, pizzas e padarias. Há muitas indicações de que a insinuante culinária peninsular aos poucos infundiu novos hábitos, e não raro

foi capaz de afrouxar a dieta antes rigidamente observada entre judeus, aparando arestas e facilitando a integração.

Muitos recordam-se das brincadeiras entre meninos judeus e italianos, nas ruas ainda não asfaltadas. Lembram-se com certa nostalgia dos lampiões a gás, dos bondes elétricos, do futebol nos campos de várzea, dos mergulhos no rio Tietê, ainda limpo, dos passeios no Jardim da Luz, onde se ouvia música no coreto. O mais comum era que as relações entre italianos e judeus, quando não ocorressem envolvendo clientes e comerciantes, resultassem do convívio entre crianças, na rua ou no rio, espaços públicos por excelência, menos sujeitos ao controle de uma das partes. O forte da convivência interétnica eram os laços de vizinhança, e, entre crianças, os terrenos baldios da rua que abrigavam as brincadeiras.

Como aquela exceção que confirma a regra, uma vez por ano o clima para brincadeiras interétnicas envolvendo crianças de origem judaica tornava-se mais tenso. As animosidades tinham dia e hora marcados, reavivadas pela influência cultural de tradições religiosas distintas. As mães judias protegiam seus filhos, não permitindo que eles saíssem às ruas, tementos das malvadezas de que pudessem ser vítimas.

O único dia em que os meninos judeus eram discriminados pelos amigos italianos era no sábado de Aleluia, ao meio-dia, na malhação de Judas. Eles gritavam: “Você matou Cristo!!!”, e não adiantava explicar que não. Mas depois de algumas horas, lá estavam eles nos chamando pra jogar bola.

De qualquer forma, a impressão geral colhida dos depoimentos é que, para os judeus do Bom Retiro, habitar uma cidade francamente católica como São Paulo não devia causar problemas muito graves, como a recente experiência dos *pogroms*<sup>4</sup> em outros países não os deixava esquecer. Contudo, é claro que algumas vezes conflitos ou situações constrangedoras eram inevitáveis, sobretudo quando se tratava da afirmação da educação religiosa das crianças. Nesse particular, foram curiosas as estratégias de alguns religiosos católicos, imbuídos de missão salvacionista. Um dos entrevistados nos relata que freqüentava um colégio católico para jogar bola: “O padre de lá resolveu que a cada missa que a gente assistisse, nos daria um papelzinho, um vale. Com dez vales a gente ganharia uma bola. Assim, passamos a freqüentar as missas três vezes por semana, muito mais do que a sinagoga” (Oksman, 1990: 20). Outras crianças judias enfrentaram dificuldades em colégios católicos, por exemplo, quando se recusavam a se ajoelhar durante a missa (Freitas, 1994).

Ao contrário do que ocorreu entre italianos e judeus, a convivência mais recente entre estes e os coreanos não se dá nas ruas, ou em relações de vizinhança.

Ela acontece sobretudo na esfera dos negócios ou, quando entre crianças, nas escolas do bairro. Isso acontece por vários motivos. Em primeiro lugar, o Bom Retiro dos anos 70 em diante não é o mesmo de décadas antes, quando havia muitos terrenos baldios, pouca urbanização, muitas ruas sem calçamento e uma várzea, em grande parte ainda por ser ocupada, de um rio ainda não poluído. Nas condições mais recentes, os espaços de lazer e sociabilidade tornaram-se mais exclusivos, seja privatizando-se no âmbito familiar, ou sendo apropriados por grupos definidos, organizados em clubes, associações, igrejas, escolas etc.

Além disso, o próprio bairro tornou-se mais comercial e muito menos residencial. Muitos judeus, como já notamos, mudaram-se do bairro, e os próprios coreanos nunca o elegeram preferencialmente para residir. Assim sendo, a convivência interétnica que ultrapassasse as relações comerciais deveria ocorrer em instituições freqüentadas pelos dois grupos. Clubes, associações e igrejas ou sinagogas, judeus e coreanos têm as suas próprias, algumas localizadas inclusive fora do bairro. Assim, restou investigar as escolas localizadas no bairro.

Não deixa de ser curiosa, a esse respeito, a presença significativa de filhos de coreanos em um colégio de freiras, onde representam 30% da clientela, e também em uma escola judaica, onde os pequenos coreanos convivem com uma comunidade judaica cada vez menor, inclusive tendo que cursar disciplinas “de forte conteúdo étnico”, obrigatórias na escola, como “Hebraico” e “Tradições e História do Povo Judeu”. Hoje, apesar de um ar decadente, essa escola fundada pela comunidade judaica congrega alunos de origens, culturas e religiões muito diferentes, segundo seu diretor: “coreanos, *de cor*, católicos, cristãos de um modo geral, além, é claro, dos judeus”. Menciona ainda um detalhe muito curioso e revelador da diversidade em que se transformou a escola: a presença de alunos adventistas, atraídos pelo fato de que a religião judaica também guarda os sábados.

É claro que nem o colégio de freiras, nem o da comunidade judaica representam, em termos educacionais, o ideal para a comunidade coreana. Seus estratos mais abastados, que não habitam o Bom Retiro, preferem matricular seus filhos em escolas americanas, provavelmente tentando se aproximar da elite dos coreanos emigrados, que habitam os Estados Unidos e, em particular, Los Angeles. Esse era o destino preferencial, embora nem sempre possível, de muitos que emigraram. A comunidade se mobiliza para construir um grande colégio e, enquanto isso não ocorre, a educação das novas gerações de coreanos deve ser complementada (não sem resistência por parte dos jovens) por cursos de língua e de valorização das tradições coreanas oferecidos nas igrejas nos fins de semana.

### *Sucessão étnica e complementaridades econômicas*

Como os italianos habitavam o bairro há mais tempo, uma série de imóveis que lhes pertenciam foram alugados por judeus. Muitas casas eram grandes e foram subdivididas, gerando cortiços em que cada família nuclear ocupava um quarto. O banheiro, a cozinha e o quintal eram comuns. Esse padrão, aliás, já preexistia à chegada dos judeus. Muitos italianos proprietários alugavam os quartos para judeus, mas também para conterrâneos, o que aproximava os dois grupos. Os judeus eram vistos de fora geral como bons clientes, “gente trabalhadora e pagadora”. Não era uma relação marcada por diferenças agudas de classe, havendo muitos depoimentos que atestam tolerância em relação a aluguéis em atraso e compreensão sobre as agruras enfrentadas por imigrantes recém-chegados.

Era comum também que os italianos ajudassem os judeus mascates, que costumavam freqüentar suas casas para vender mercadorias. A colônia judaica também se abastecia de bebidas e alimentos nas vendas, armazéns, pastifícios e padarias do bairro, em boa parte de propriedade de italianos. No comércio, é notória a complementaridade dos negócios entre as duas etnias. A análise de levantamentos das firmas existentes no bairro em 1933 e 1945 mostra que enquanto os judeus concentravam cada vez mais seus negócios no ramo de confecções, os italianos distribuía-se entre as fábricas e lojas de alimentos (sobretudo macarrão, pão, biscoitos, doces e bebidas) e as oficinas (de móveis, serralherias, fundições, marcenarias, sapatarias, tipografias etc.). Assim sendo, cada colônia, ao mesmo tempo que consumia produtos fabricados pela outra, também a tinha como cliente.

É curioso que em muitas ocasiões os próprios judeus mascates se abasteciam com mercadorias compradas fora da colônia, inclusive com comerciantes de origem síria ou libanesa, apelidados de *turcos* no Brasil. Há evidências de que vários italianos mais prósperos eram muito considerados pela colônia judaica, seja por adiantar mercadorias a mascates judeus, seja por servir de conselheiros e árbitros para disputas entre famílias, seja porque no bairro havia algumas italianas parteiras, que eram utilizadas pela colônia judaica.

Além disso, relata-nos um dos entrevistados, “os judeus chegaram trabalhando como mascates (russos da prestação) e assim que progrediam, compravam as casas dos italianos oferecendo sempre o dobro do que valiam. Os judeus pagavam muito bem, acima do real. Os italianos viam vantagem no negócio e com o que recebiam compravam duas casas no bairro vizinho”. Tornando-se um bairro de características comerciais, os terrenos do Bom Retiro foram valorizados e passaram a abrigar construções mais modernas. A melhoria é comumente

assinalada por descendentes de italianos, que ainda residem na parte mais próxima à várzea: “Os judeus trouxeram o progresso nas construções do bairro”.

É curioso o modo como a história se repete com a chegada dos coreanos. Há inúmeros depoimentos de judeus que venderam imóveis a coreanos, seduzidos por propostas irrecusáveis: “Eles abrem uma mala de dólares em cima do seu balcão”. Na opinião de muitos, os coreanos modernizaram o comércio do bairro. Os antigos moradores aprovam essa *invasão* de coreanos pois eles têm muito dinheiro e pagam muito bem pelos imóveis. Os coreanos também são valorizados pelos judeus porque, como observou um dos entrevistados, como inquilinos, “pagam na data certa o aluguel e por isso não há conflitos”. Provavelmente, a maior parte dos imóveis do bairro (ao menos em sua parte alta, mais valorizada) pertence a judeus. Conforme apurou uma matéria publicada em 1982, “os comerciantes tradicionais do Bom Retiro e Brás costumam brincar entre eles dizendo que os coreanos, em busca de ponto para instalar suas lojas, fazem sempre duas perguntas. A primeira é *Quanto custa?* A segunda, independente do preço pedido, nunca muda: *Quando o senhor desocupa?*” Nessas condições, para boa parte dos judeus previamente instalados, a invasão coreana soou como uma bênção, recrudescendo a disputa por pontos comerciais, que passaram a ser avaliados em dólares.

Outros avaliam como muito boa a vinda dos coreanos: além de melhorar os imóveis, valorizando os prédios do bairro, compram as lojas dos judeus que desejam encerrar suas atividades por não terem para quem deixar o negócio. Afirmam que hoje quase não há mais judeus no bairro, pois os filhos são profissionais liberais. Mesmo aqueles judeus que persistiram nos negócios dos pais não ficam no Bom Retiro. Com mais recursos, a nova geração, quando decide continuar no ramo comercial, prefere se instalar em *shopping centers* fora do bairro. A relação com os coreanos foi e é uma relação de negócios. Para muitos, não houve disputa pela área comercial com os judeus porque estes já estavam migrando para bairros mais nobres e tinham outros interesses profissionais definidos, isto é, já haviam “se afastado do balcão”.

Entre judeus, a ênfase muito maior (em relação por exemplo aos italianos) na educação dos filhos como estratégia de mobilidade da segunda geração acabou deixando-os sem herdeiros para suas lojas. “Prefiro ter filhos engenheiros, médicos ou advogados a vê-los passar a vida atrás de um balcão ou numa máquina de costura”, confirmou-nos um entrevistado que fechou sua loja depois que nenhum dos três filhos quis continuar suas atividades. Na colônia, todo imigrante quis ter filho doutor, num mecanismo em que os pais projetaram nos filhos aquilo que não conseguiram ser e fazer (Oksman, 1990: 19).

*Grosso modo*, tais elementos sugerem que a defasagem no tempo de chegada na imigração entre os dois grupos vem acarretando certa complemen-

taridade em termos de inserção econômica, que se manifesta no fato de que filhos e netos de imigrantes judeus não se reproduzem nas mesmas posições da estrutura social por onde seus pais ou avós iniciaram. Os judeus, sem herdeiros para tocar o negócio original, vislumbraram nos coreanos uma ótima oportunidade para passar adiante suas lojas.

Apesar de tais complementaridades muito significativas, obviamente nem tudo foram flores no relacionamento comercial entre judeus e coreanos. Para aqueles judeus que efetivamente têm que operar, sem nenhum outro trunfo, no mesmo setor dos coreanos, a concorrência é muito árdua. Isso acontece sobretudo graças à disposição dos coreanos de engajar o trabalho de toda sua família no negócio. Nessas condições, reduzem ao máximo o número de funcionários externos ao núcleo familiar, o que naturalmente deprime de modo sensível custos advindos de salários e outros encargos. Por causa disso, reúnem possibilidades de praticar preços menores. As reações mais enfáticas provieram, como esperado, de outros comerciantes: “Entre eles, não há sábado, domingo ou feriado. Da avó ao neto de três anos, todos trabalham em regime absurdo. São autênticos senhores feudais (sic), construindo castelos fantasmas e provocando desequilíbrio sério em nosso comércio” (Choi, 1991: 107).

Provavelmente, os judeus, ao chegarem ao Bom Retiro nos anos 20 e 30, submeteram-se a regimes de trabalho igualmente exaustivos, em que também muitas vezes tiveram que engajar seus filhos no negócio da família. Ocorre, contudo, que nos anos 70, transcorridas já algumas décadas desde a chegada do grupo, muitos já não estavam mais dispostos a isso (provavelmente também porque não mais precisassem). Nessa situação é que os coreanos são vistos como praticamente imbatíveis.

Seria enganoso supor, entretanto, que os judeus se afastaram completamente do Bom Retiro. Muitos que começaram como mascates ou com pequenos negócios no bairro dominam hoje posições mais maduras, seja no ramo de confecções, seja como produtores de fios e tecidos, um setor no qual os coreanos pouco ou nada avançaram. Além disso, boa parcela do capital imobiliário do bairro permanece nas mãos dos judeus. Pelo lado dos coreanos, são precisamente essas as queixas mais comuns em relação aos negócios com judeus: reclamam que dependem muito de matérias-primas fornecidas por indústrias cujo controle lhes escapa, e que boa parte do lucro com o negócio de confecções fica nas mãos de quem aluga o imóvel ou recebe as “luvas” quando muda o locatário.

Em termos de estratégias para o futuro dos filhos, nossos dados apontam que os coreanos tendem a se mirar no exemplo dos judeus. De fato, emprestam uma enorme importância ao estudo dos filhos, deles exigindo desempenhos escolares acima da média, aguçando-lhes o senso de competição. Tais exigências

são em geral correspondidas pela cultura familiar veneradora da autoridade do chefe da família e dos mais velhos. Contam ainda com a organização da comunidade para apoiar a educação dos filhos, em caso de necessidade.

### *O casamento interétnico*

Entre as linhas mestras da estratégia de futuro para os filhos, o nó górdio, o elemento condensador das diferenças a um tempo simbólicas e materiais permanece sendo a questão do casamento. Aí os depoimentos são praticamente unânimes. “Nunca houve conflitos entre judeus e italianos. Sempre se deram bem, mas o casamento entre eles não existia, era muito difícil”. Quando jovens de origem judaica e católica se aproximavam com vistas ao casamento, o drama se estabelecia não apenas nas famílias envolvidas, mas cristalizava-se como o drama da rua, de toda a vizinhança. Em uma família italiana de classe média, a expressão cheia de peso “é outra gente” denuncia o desgosto dos pais. Por outro lado, uma filha de judeus namorar um *goy*<sup>5</sup> representava uma ameaça e, por conseqüência, sua estigmatização por parte de toda a colônia. As tensões para o casamento interétnico somente foram diluídas muito lentamente, ao longo de décadas.

É significativo o depoimento de uma das entrevistadas, a respeito da atitude preconceituosa de seu pai, mesmo que esse fosse pouco afeito a assuntos religiosos:

Meu pai, de origem polonesa, sempre foi ateu e comunista. Sempre admirou, até o final de sua vida, o que os soviéticos haviam conseguido com o seu regime. Embora tenha passado por períodos muito difíceis aqui no Brasil, de um ponto de vista financeiro (tive por exemplo que interromper meus estudos aos oito anos porque não tínhamos dinheiro), ele nunca se dispôs a trabalhar como mascate. Dizia que não iria vender por cem aquilo que comprara por dez. Entretanto, quando o assunto era casamento, me advertia: “Minha filha, você pode se casar com quem quiser, mas eu lhe aviso que o pior judeu é melhor que o melhor *goy*”.

Outros depoimentos confirmam as dificuldades enfrentadas pelos jovens que se arriscavam a um casamento fora da religião e da etnia, recordando como era difícil a aproximação visando o namoro. Parece que judeus e italianos sempre se respeitaram muito, mas o casamento entre eles foi algo raro e muito complicado. Cabe ressaltar que a própria organização das sinagogas por regiões de origem dificultou, no início, até mesmo o casamento entre judeus cujas famílias fossem provenientes de regiões distintas. Uma das entrevistadas, originária de

Kishniev, na Rússia, lembra-se que ao chegar ao Bom Retiro, em 1927, não havia ainda muitos poloneses. Com a chegada desses, “começou a história dos pais judeus russos dizerem *Deus me livre a Polisher*”. Afirma que casamentos entre judeus poloneses e russos eram uma tristeza para os pais, e que esse sentimento só começou a mudar mais tarde. Outro relata:

Não podia namorar as garotas judias. Judias, só para casar. Então, saía com as lituanas, forma pela qual chamava todas as meninas não-judias (sic). Chegava no cinema com alguma amiga judia, lá dentro escapava, sentava com uma lituana, e podia avançar nas carícias... (Oksman, 1990: 21)

Como era de se esperar, as resistências ao casamento interétnico somente se diluíram à medida que gerações já nascidas no Brasil passaram a freqüentar outros ambientes, sobretudo escolas e universidades fora da comunidade. Sem dúvida, o afastamento do meio favoreceu a miscigenação. Mas, mesmo atualmente, é fora de dúvida que muitas famílias, na medida do possível, preferem o casamento na colônia, sobretudo considerando os netos que poderão surgir. Quando isso não é possível, é comum casais mistos que simplesmente passam a morar juntos, evitando assim reações familiares mais adversas. Contudo, por mais postergada a definição, o momento da decisão surge na hora dos filhos.

Nessa perspectiva, quando a união com católicos é iminente e a família ainda exerce voz ativa, recorre-se às conversões, como tentativa de minorar o mal. Uma vez que todas as linhas do judaísmo são contra o casamento misto, a conversão é comumente a solução encontrada. “Nas comunidades mais liberais, e mesmo nas reformistas, as conversões são mais fáceis de se realizarem. Na Congregação Israelita Paulista, de linha liberal, um em cada quatro casamentos realizados é fruto de uma conversão.” (Sposito, 1990: 159). É claro que o mesmo não ocorre entre judeus que seguem preceitos religiosos mais ortodoxos. Contudo, hoje, para a maioria dos judeus em São Paulo, converter-se por causa de um casamento é aceitável. Afinal de contas, laços afetivos à parte, estratégias matrimoniais não deixam de consubstanciar associações entre experiências e capitais familiares acumulados, em um negócio que pode se tornar rentável, quando bem conduzido. A rejeição pura e simples ao casamento interétnico diminui consideravelmente o controle da família sobre a transação em si, sobre o destino dos filhos, e sobretudo dos netos que advirão no futuro.

Para coreanos, a universidade também representa a melhor oportunidade para se transitar fora da comunidade. Contudo, há uma nítida preferência por casamentos endogâmicos, mesmo entre os mais jovens. Conforme observou Mera (1998: 116) sobre o contexto argentino,

quando são adolescentes, desejam casar-se com argentinas, mas uma vez atravessada essa etapa, a partir dos vinte anos, mudam sua maneira de pensar e reconhecem que casar-se com um coreano é melhor, já que têm as mesmas formas de ver a vida e expectativas e não entram em contradição com a família, ao garantir a continuidade da tradição da comunidade e o respeito a certas pautas de comportamento típicas do pensamento tradicional coreano.

“Se os jovens perdem a chance de se casar fora da comunidade enquanto estão estudando, depois tudo fica mais difícil, quando passam a orbitar mais em torno do círculo familiar. Daí para o casamento arranjado pelos pais, o passo é muito pequeno”, revelou-nos uma entrevistada. Nos casos em que isso não acontece, o problema de conciliar um casamento fora da colônia com as expectativas familiares revela-se em toda a sua amplitude, sobretudo para o primogênito homem, que, na tradição coreana, tem a obrigação de zelar pelos pais em sua velhice<sup>6</sup> e de assumir o comando da família, com o falecimento desses. Assim, a cônjuge externa à etnia deve conviver não apenas com o marido, mas com os sogros e cunhados, após o casamento, o que obviamente acaba provocando, em muitos casos, várias complicações.

É claro que os pais também tendem a repelir a idéia do casamento misto, porque na visão deles uma pessoa de outros costumes e cultura no seio da família traria incompreensão e dificuldades de comunicação. Essa é uma das razões da insistência dos pais para que seus filhos freqüentem a igreja nos finais de semana, pois ali poderão encontrar ofertas mais promissoras, a seus olhos, no mercado matrimonial. E nas ocasiões em que isso não ocorre naturalmente, acabam exercendo papel ativo no arranjo de casamentos internos à colônia. É quase desnecessário mencionar que, para coreanos e judeus, a questão do casamento entre os dois grupos mal se coloca, provavelmente em razão das enormes diferenças culturais.

### *Memória, nostalgia e preconceito*

Entre judeus e italianos, a tônica de todos os depoimentos recolhidos é o tom nostálgico das recordações de como o bairro era, e, na maior parte das vezes, de como foram felizes nele. Entre pessoas de uma certa idade, quando suas memórias são recolhidas, há por certo uma tendência a valorizar a experiência vivida com alguma devoção. Misturam-se recordações caras, a familiaridade de pessoas e lugares, com as lembranças da juventude, do “tempo glorioso” de cada um. Para os que ficaram, o ambiente do bairro parece ter-se fixado em suas memórias de um modo tão profundo que, mesmo reconhecendo as tantas mudanças sofridas pelo bairro, recusam-se a dele se afastar, procurando nele

manter suas moradias ou um ponto para seus negócios. Nos depoimentos de judeus que permanecem no bairro, é indelével um certo tom melancólico.

Imagine que você mora em uma casa cheia de quartos e um dia um de seus irmãos sai e você aluga um dos quartos a um amigo. Então ele vai comer da mesma comida, usufruir da mesma sala, da mesma televisão... Mas por mais amigo que ele seja, ele não vai ser seu irmão, nunca vai ser da família. (...) Eu admiro muito os coreanos: eles são um povo muito trabalhador – pelo pouco que a gente conhece, porque eles são muito fechados – e, é claro, as nossas relações comerciais são ótimas, atualmente não se privilegia ou não se descarta por ser da colônia. Mas é isto: você vê seus irmãos saindo dos quartos e eles sendo ocupados por outra família, que, por mais próxima que seja, nunca vai ter a mesma intimidade. (Stancati, 1990: 25)

Uma antiga moradora judia sente saudades da tranquilidade do bairro, quando os vizinhos se visitavam muito. Lembra-se dos pregões que ouvia do leiteiro, do sorveteiro, do laranjeiro:

Hoje o bairro está muito diferente: eu só vejo coreano na rua. Muitos costumes mudaram com a chegada dos coreanos ao bairro. Na feira, agora se encontra uma grande quantidade de nabo e de outras verduras que eles gostam. Até na peixaria, onde compro há mais de trinta anos, é possível encontrar uma variedade diferente de peixes que antes não havia. A dona da peixaria explica: – Isso é peixe de coreano.

Para ela, os judeus e os italianos eram muito parecidos: as famílias se reuniam aos domingos e também iam passear em Santos, aproveitando a proximidade da estação ferroviária. A maior parte dos depoimentos colhidos hoje entre os mais idosos tende, assim, a aproximar italianos e judeus, contrapondo suas experiências e seus costumes com os dos coreanos. De fato, muito dessa aproximação compreende identidades (vivas, mas também mitificadas) referidas a um passado que ficou para trás, que não retorna. Então, a contraposição aos coreanos encerra na verdade a contraposição entre o passado e o presente do bairro, entre o que viveram em sua juventude e o que agora experimentam na velhice. Como italianos e judeus desfrutaram de um passado comum (mesmo que apenas traduzido espacialmente, por terem habitado o mesmo bairro na mesma época, hoje distante) suas possíveis diferenças de outrora tendem então a se esmaecer, enquanto a nova imigração de coreanos lhes parece muito mais contrastante.

Daí ser inevitável o surgimento de preconceitos relacionados ao novo grupo: “mafiosos”; pouco dispostos a se integrar e muito fechados em sua

comunidade<sup>7</sup>; sujos por não manterem as ruas limpas; exploradores do trabalho familiar e clandestino; sonegadores de impostos; exibicionistas com seus carros e lojas com fachadas mirabolantes; cínicos ao se fazerem passar, quando lhes convém, por ignorantes da língua etc. Todos esses atributos certamente concretizam-se em casos reais, emprestando-lhes verossimilhança. O problema aparece quando comportamentos singulares aqui e acolá são estereotipados, de modo a serem atribuídos ao grupo social como um todo, como uma espécie de marca natural. É aí que o preconceito se firma.

De qualquer modo, podemos afirmar que essas apreciações pouco interferiram na trajetória de modo geral bem-sucedida dos imigrantes coreanos em São Paulo e, em particular, no Bom Retiro. Como vimos, muito mais importante e sensível que possíveis reservas culturais imputadas ao grupo foi o reconhecimento de que a chegada dos coreanos dinamizou o comércio do bairro, valorizando os bens dos que ali anteriormente residiam ou mantinham seus negócios. Daí apreciações do tipo: “são sujos, mas trabalhadores”; “são suspeitos, mas ótimos locatários, pagando corretamente os aluguéis”; “são esquisitos, mas honestos” etc.

### *Considerações finais*

Este artigo procurou investigar o modo como se pautaram as relações étnicas entre italianos, judeus e coreanos no Bom Retiro, em São Paulo. Esses grupos habitaram o bairro sucessivamente, conferindo até hoje a essa região, próxima ao centro paulistano, um colorido étnico indelével. À primeira vista, o discurso vigente, praticado hoje por todos os grupos indistintamente, é o da valorização das virtudes da convivência harmoniosa entre todos. Tal atributo, que não é específico ao bairro, encontra-se afinado com uma visão característica da sociedade nacional (pelo menos em relação a brancos), e em particular da capital paulista. Desse modo, todos compartilham da noção de que a sociedade que os acolheu foi simultaneamente capaz de, em pouco tempo, aparar as arestas e diluir potenciais antagonismos de base étnica. Tal percepção é robustecida por uma ideologia implícita de valorização do trabalho, típica de um bairro que se formou com imigrantes (e talvez em contraposição sutil, não declarada abertamente, à população nativa, vista como “menos disposta” ao trabalho).

Contudo, analisando-se mais detidamente o Bom Retiro, não é difícil perceber que seu “cadinho étnico” não é assim tão avassalador, havendo motivos menos ideológicos e mais palpáveis que facilitaram o convívio. Em primeiro lugar, se é verdade que existiu e existe convívio entre grupos étnicos culturalmente muito distintos, como os aqui analisados, também é verdade que em boa medida esses grupos mais se sucederam uns aos outros do que propriamente

coabitaram o bairro. Em segundo lugar, tais sucessões parecem ter ocorrido em benefício, senão de todos, de muitos. Houve complementaridades que atenuaram o potencial para conflitos: de natureza ocupacional, entre os italianos – proletários e artesãos – e os judeus comerciantes; e também de natureza geracional, entre os judeus e os coreanos. Há ainda fortes indícios de que cada um dos grupos anteriormente instalados se beneficiou da vinda do seguinte, sobretudo do ponto de vista da dinamização do bairro e de sua valorização imobiliária.

Não se pode tampouco propugnar a diluição generalizada do caráter étnico dos grupos que afluíram ao Bom Retiro, com exceção talvez dos italianos, pois judeus e coreanos mantiveram-se (e em boa medida ainda se mantêm) como grupos com sociabilidade endógena bastante pronunciada, como provam as associações que ajudaram a construir. Há evidências razoáveis de que essas organizações criadas tanto por judeus quanto por coreanos aceleraram a mobilidade econômica e social de seus membros, agindo efetivamente como instrumento de integração dessas comunidades em um patamar mais elevado da estrutura social paulista (do que o teriam feito sem elas). À parte essa alavancagem em bloco, propiciada pelas organizações comunitárias, vigem entretanto plenamente os critérios mais clássicos de estratificação social, tanto no interior desses grupos, quanto na sua relação com a sociedade mais abrangente.

De qualquer modo, muito embora o escopo desse artigo – que já vai longe em suas medidas – não permita incursões de natureza comparativa, fica aqui a indicação de que a diversidade étnica do Bom Retiro, mesmo constituindo um caso extremo no panorama nacional, guarda poucas características em comum com a experiência norte-americana de formação (e segregação) de bairros étnicos, salvo pela circunstância de que por lá também existiram áreas metropolitanas em que coreanos sucederam judeus em negócios relacionados à indústria de confecção (Light & Bhachu, 1993; Light & Bonacich, 1988). Esse porém é um tema merecedor de outro artigo.

### Notas

---

1. Consultar as seguintes reportagens em periódicos paulistas: “O histórico de nossos bairros: Bom Retiro” (*O Dia*, 7/11/1969); “1881 – Nasce o bairro do Bom Retiro” (*Diário Popular*, 7/11/1973);

“O bairro do Bom Retiro e outros assuntos” (*Diário Popular*, 22/3/1979).

2. Entre outras fontes, cerca de 28 depoimentos individuais foram colhidos na pesquisa que gerou esse artigo.

3. Por outro lado, não honrar os compromissos assumidos no *kye* equivale a praticamente ser banido da comunidade coreana.

4. Movimentos populares de violência contra os judeus.

5. Expressão designativa de elemento de fora da colônia judaica.

6. Por outro lado, na tradição coreana, a filha, ao se casar, passa a dever submissão e a pertencer à família do marido.

7. Não obstante a comunidade coreana apresentar a imagem de um grupo relativamente fechado, bem articulado, organizado e coeso, subsistem, como em qualquer grupo étnico, em seu interior, uma série de divergências e conflitos. Não nos interessa aqui retomá-los em detalhe, mas apenas mencionar que boa parte deles se relaciona à preservação de uma imagem perante o restante da sociedade.

### Referências bibliográficas

BANDEIRA JR., Antonio Francisco.

1901. *A indústria no estado de São Paulo em 1901*. São Paulo.

*Boletim do Departamento Estadual do*

*Trabalho*. 1912. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, n. 1-2.

CHOI, Keum Joa. 1991. *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. São Paulo, USP, FFLCH (dissertação de mestrado).

FEBROT, Luiz Izrael. 1990. "Cidade judaica: gênese", em MEDINA, Cremilda (org.). *Paulicéia prometida*. São Paulo, CJE/ECA(USP).

FREITAS, Sonia. 1994. *Entrevista com Berta Kogan*. São Paulo, Museu da Imigração.

———. "La inmigración a São Paulo desde 1933 hasta fines de 1942", em KLEINER, Alberto (ed.). 1943. *Inmigración judía a Brasil: informe presentado en Argentina por la Sociedad de Socorro a los Judios de Habla Alemana*. Buenos Aires, Instituto Hebreo de Ciencias.

LESSER, Jeffrey, 1994. "La inmigración y la integración de judios polacos en Brasil, 1920-1935". *Estudios migratorios latinoamericanos*, Buenos Aires, año 9, n. 27.

LIGHT, Ivan & BONACICH, Edna. 1988. *Immigrant entrepreneurs: Koreans in Los Angeles, 1965-1982*. University of California Press.

——— & BHACHU, Parminder (eds.). 1993. *Immigration and entrepreneurship: culture, capital and ethnic networks*. Transaction Publishers.

MERA, Carolina. 1998. *La inmigración Coreana en Buenos Aires: multiculturalismo en el espacio urbano*. Buenos Aires: Eudeba.

OKSMAN, Sergio. 1990. "De volta à casa da infância", em MEDINA, Cremilda (org.). *Paulicéia prometida*. São Paulo, CJE/ECA(USP).

PINKUSS, Anita Hedwig. 1962. *A utilização dos recursos da comunidade no tratamento social do imigrante israelita em São Paulo*. São Paulo, Escola de Serviço Social da PUC.

SPOSITO, Maurício Pontes. 1990. “Ser judeu por conversão”, em MEDINA, Cremilda (org.). *Paulicéia prometida*. São Paulo, CJE/ECA(USP).

STANCATI, Renato. 1990. “A lojinha do Zig”, em MEDINA, Cremilda (org.). *Paulicéia prometida*. São Paulo, CJE/ECA(USP).

WILLEMS, Emilio. 1951. “Immigrants and their assimilation in Brazil”, em SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (eds.). *Brazil: portrait of half a continent*. New York, The Dryden Press.

*(Recebido para publicação em setembro de 2001)*